

AUTO-SEGREGAÇÃO E A GESTÃO DAS CIDADES*

Klaus Frey**
Fábio Duarte***

Resumo: A segregação socioespacial é comumente analisada como indicativo de agrupamentos humanos desfavorecidos no âmbito de um conjunto social – seja por questões raciais, seja por questões religiosas ou econômicas, esta última com especial destaque no Brasil. Há poucas décadas, porém, conhecemos um movimento de auto-segregação: quando pessoas de classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, normalmente distantes dos centros urbanos. São os enclaves de auto-segregação. Este ensaio pretende discutir os desafios que se apresentam para os gestores urbanos quando dentro ou no entorno de seu território de atuação há a consolidação de territorialidades que se colocam à parte da vida urbana ao mesmo tempo em que utilizam serviços e equipamentos urbanos, de modo seletivo no tempo e no espaço: é o usufruto sem o compromisso com a vida cidadina.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; auto-segregação; gentrificação; territorialidades; gestão urbana.

Abstract: Socio-spatial segregation is usually seen as an index of human groups excluded from the society, for racial, religious or economic reasons – in Brazil, this one in special. But a few decades ago we have seen a auto-segregation movement: when middle- and upper classes gather together in condominiums (closed communities) away from the urban centers. They are auto-segregated enclaves. In this essay we intend to discuss the challenges that urban managers have to deal with when inside or around the city territory there is a consolidation of auto-segregated territorialities which, at the same time, stay out of the urban life but still using the city's facilities in a

selective way, both in time and space: they use the city without any commitment with the urban life.

Key Words: Socio-spatial segregation; auto-segregation; gentrification; territorialities; urban management

1. INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é comumente analisada como indicativo de agrupamentos humanos desfavorecidos no âmbito de um conjunto social – seja por questões raciais, seja por questões religiosas ou econômicas, esta última com especial destaque no Brasil. O fenômeno da segregação pode ser visto, *grosso modo*, como um movimento de exclusão de um grupo de pessoas do seu direito à cidade, não importando se a formação de territórios segregados se dá nas periferias desprovidas de infra-estrutura ou nos centros urbanos em processo de esvaziamento de vitalidade socioeconômica.

Há poucas décadas, porém, conhecemos no Brasil um movimento de auto-segregação: quando pessoas de classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, normalmente distantes dos centros urbanos. São os enclaves de auto-segregação. Novidade neste fenômeno é que a opção da auto-segregação estende-se nos últimos anos a classes sociais medianas, tornando-se um objeto de desejo imobiliário.

Com forma de ensaio, este artigo pretende discutir os desafios que se apresentam para os gestores urbanos quando dentro ou no entorno de seu território de atuação há a consolidação de territorialidades que se colocam à parte da vida urbana ao mesmo tempo em que utilizam serviços e equipamentos urbanos, de modo seletivo no tempo e no espaço: é o usufruto sem o compromisso com a vida cidadina.

Para tanto, será preciso diferenciar as ocupações marcadas por processos de segregação socioespacial daquelas de auto-segregação, para então colocarmos os desafios que se apresentam para os gestores urbanos, discutindo prioritariamente a interação de atores privados e públicos no âmbito do desenvolvimento urbano para a consolidação dessas novas formas de organização territorial. Tais estratégias podem ser interpretadas como propositalmente perseguidas pelos gestores públicos no âmbito do novo modelo gerencial de administração pública, apostando na cooperação com a iniciativa privada com o intuito de uma maior eficiência na prestação de serviços públicos. Neste sentido, colocam-se questionamentos fundamentais no que diz respeito à possibilidade de manutenção de uma esfera pública e de um processo político municipal integrador em face de um contexto de segmentação e fragmentação estimulado pelas forças de mercado e os desejos particularistas de consumo.

2. AUTO-SEGREGAÇÃO E A NEGAÇÃO DA CIDADE

A auto-segregação em condomínios fechados, até pouco tempo característica das classes altas, vem abrangendo e tornando-se objeto de desejo de classes com menos recursos. Porém, os habitantes dos enclaves de auto-segregação prezam pelo usufruto dos benefícios urbanos como empregos, oportunidades de negócios, equipamentos privados de saúde e educação, centros de comércio e serviços. Os moradores desses enclaves continuam utilizando o meio urbano através de pontos de ancoragem, que são usados de maneira seletiva – no tempo e no espaço. Muitas vezes esses enclaves instalam-se fora dos limites da cidade onde têm seus pontos de ancoragem, usufruindo-a seletivamente ao mesmo tempo em que negam uma de suas características essenciais: a multiplicidade e diversidade de extratos sociais.

Assim, quando uma parte da população toma a iniciativa de abrir mão de sua vida urbana e se agrupar em conjuntos residenciais distantes dezenas de quilômetros do centro da cidade, vemos uma inversão de sentido nos deslocamentos de assentamentos urbanos.

As cidades sempre tentaram se proteger da “barbárie”, dos “invasores”. Os bárbaros estavam fora dos muros da cidade. A expulsão da cidade era o castigo supremo.

Em busca do ar da liberdade respirado na cidade, os muros foram infiltrados, atravessados, destruídos. Muros externos derrubados, os bárbaros, os grupos populacionais não aceitos na vida cidadina foram segregados dentro do tecido urbano. Os cidadãos protegeram-se dos bárbaros invasores construindo enclaves murados dentro de sua própria cidade. Os muros foram trazidos para dentro da cidade, os excluídos foram segregados em guetos.

Na atual conjuntura da pós-modernidade ou “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001) com suas incertezas e indeterminações, ao mesmo tempo em que se percebe a infiltração e derrubada de novos muros, dos muros culturais, religiosos, étnicos e sociais na esperada pluralidade da sociedade urbana, assistimos à construção de novas muradas. Agora são os “cidadãos”, sentindo-se “invadidos”, ameaçados e inseguros dentro da própria cidade, que se auto-segregam, deixando-a na mão dos “bárbaros”.

Quando a auto-segregação em condomínios fechados deixa de ser apenas um movimento da classe alta, abrangendo a classe média e tornando-se objeto de desejo de classes com menos recursos, tem-se um processo de negação da cidade em uma de suas características essenciais: a multiplicidade e diversidade de extratos sociais e formas de vida urbana.

3. A CIDADE E O URBANO

As cidades não geram a desigualdade social. Isso precisa estar claro desde o princípio. As cidades atraem aqueles que não têm oportunidades alhures – e se a cidade é o território onde emergem e se superlativizam conflitos e desigualdades, é necessariamente através da reflexão

sobre suas características sociais, culturais, econômicas e espaciais que essas questões podem ser entendidas.

Um dos desafios da análise urbana, da análise do urbano, pode ser resgatado de Lefèbvre (1999), que distingue a cidade do urbano. A cidade é um objeto, passível de ação, enquanto o urbano (síntese da sociedade urbana) é um fenômeno, portanto dinâmico, mutável. A forma edificada do objeto cidade pode trazer alguns direcionamentos ao urbano, mas é este que a constitui e que a altera. Os debates conceituais e transformações sociais que retiraram parte do mote de Lefèbvre sobre o fenômeno urbano como estando estreitamente ligado à industrialização não enfraqueceram, no entanto, a força do fenômeno urbano como categoria ao mesmo tempo analítica e sintética para compreender a sociedade (DONZELOT, 1999).

De um lado, pensar a cidade depende, em seu grau mais profundo, pensar o urbano – deixar a casca e as vísceras para perscrutar as forças que a animam.

A cidade, o objeto concreto e definido, é também o espaço vivido. Poderíamos dizer que somos constituídos pelo urbano, mas vivemos as cidades, e nela deixamos rastros, constituímos símbolos, físicos e imaginários, formamos imagens de nossas aspirações.

De outro, pensar o urbano depende do contato com a cidade – tocar sua casca vivenciá-la visceralmente, através dos rastros que deixamos na concretude da cidade.

Neste sentido, os movimentos de exclusão, segregação e auto-segregação, vivenciados ao mesmo tempo nas cidades contemporâneas, sobretudo nos países caracterizados por grandes desigualdades sociais, devem, de um lado, tomar suas conformações espaciais como índice de transformações sociais mais abrangentes e por vezes não materializáveis na concretude da cidade; de outro, em alguns casos ver como a própria conformação espacial de questões urbanas pode colocar em xeque alguns pressupostos analíticos. Por fim, tais fricções da sociedade desafiam as formas tradicionais de condução política-administrativa e a própria democracia local.

Veremos que a primeira possibilidade, quanto pensamos a organização espacial como índice de questões sociais e urbanas, responde a padrões analíticos consagrados; porém, quando em uma mesma área urbana vemos ocorrer lado a lado a exclusão de um grupo social e a auto-segregação de outro, temos a oportunidade de questionar os padrões analíticos habituais.

É o caso de algumas categorias analíticas como “relegação”, “periurbanização” e “gentrificação”, que não se adaptam a estudos de caso em grandes cidades brasileiras. Em edição dedicada a essas categorias na revista *Esprit*, Danzelot (2004) fala da relegação da população desfavorecida para “bairros de infortúnio”, a periurbanização da classe média que se distancia maciçamente das cidades e da gentrificação “dos centros antigos que se vêem reinvestidos pela classe média-alta e no que isso implica em termos de aumento do preço imobiliário” – reforçando a expulsão das classes mais baixas do centro.

O que vemos em grandes cidades brasileiras responde a outro padrão. Raros são os investimentos nas regiões centrais, e quando esses ocorrem são comumente ações pontuais patrocinadas pelo Estado. A cidade, em seu maior conjunto, é habitada pelas classes média e

baixa. Aquelas, em casas fortificadas (grades em todas as janelas, muros altos, segurança privada e sistemas de monitoramento 24 horas); estas, em regiões periféricas ou em interstícios urbanos (favelas, sob pontes, terrenos abandonados ou invadidos). Nas franjas da cidade, milhares, milhões que constituem a população completamente excluída dos benefícios da vida urbana, ocupando áreas irregulares, áreas sem acesso a serviços e equipamentos públicos, freqüentemente em áreas de mananciais e de proteção ambiental. E além das franjas da cidade, as classes alta e média-alta, que se auto-segregam em condomínios fechados, constroem novas formas de organização social e espacial que as resguardem da própria cidade.

Outra categoria analítica aparentemente em franco declínio é a do espaço e esfera pública. Neste caso, não se trata de uma particularidade dos países em desenvolvimento. O fenômeno das classes médias se “cocoönizando” nas suas casas, buscando a integração das suas vidas através do estabelecimento de comunidades fechadas (*gated communities*), viabilizadas por meio do carro e, cada vez mais, pela infra-estrutura dos meios de comunicação, tornou-se uma preocupação fundamental dos países centrais (AURIGI e GRAHAM, 1998).

Porém, na “era do acesso”, segundo James Rifkin caracterizada pelo isolamento “de uma parte da população humana do resto em proporções nunca antes imagináveis”, esta “separação da humanidade em duas diferentes esferas de existência” se manifesta com muito mais rigor em função das maiores desigualdades sociais existentes (RIFKIN, 2001, p. 14). A proliferação dos condomínios fechados com seus sistemas sofisticados de segurança, o crescente número de carros blindados e de helicópteros, transportando os executivos entre casa, escritório, shopping center e aeroporto, representa tanto o esvaziamento e abandono dos espaços públicos pelas classes médias e altas. Representa também uma retirada da elite da vida social e política das cidades, desafiando as concepções de esfera pública urbana e de sociedade em si.

4. EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO E AUTO-SEGREGAÇÃO NO BRASIL

As primeiras experiências institucionalizadas de segregação espacial no Brasil são produto do triste passado escravocrata. Não sem razão, a abolição dos escravos, em 1888, coincidiu com o surgimento de uma classe burguesa e, principalmente, urbana, com destaque para a capital federal de então, o Rio de Janeiro. Essa sociedade urbana formou-se a partir das alterações na base produtiva agrária escravocrata, da crescente industrialização e do conseqüente deslocamento de centros de poder econômico, cultural e social para o Sudeste do país nas décadas seguintes.

Todavia, a liberdade legal do escravo não veio atrelada a direitos sociais, salvaguardando uma distribuição extremamente desigual de propriedades e impedindo a grande parte da população o acesso à terra urbana. A chegada de imigrantes às cidades sempre esteve ligada à oferta de mão-de-obra barata, usada para construir e transformar a cidade, sem esta oferecer condições econômicas mínimas de (sobre)vida, deixando um contingente populacional vagando miseravelmente pelas

ruas de nossas metrópoles: não mais oficialmente excluídos, ainda não integrados na vida urbana. Brasília foi inaugurada com 2/3 da população vivendo fora do Plano Piloto, fora da cidade planejada – cidades satélites “surgiram” espontaneamente, construídas pelos trabalhadores que foram construir a cidade-símbolo do movimento moderno, além dos muros do plano oficial.

As periferias urbanas estruturam-se de modo espontâneo, sem seguir diretrizes de planejamento, em áreas desprovidas de infra-estrutura e das garantias do Estado de direito, longe da cidade legal. Um movimento pendular diário de pessoas que vivem às margens da cidade para seu centro urbanizado onde buscam trabalho, serviços e equipamentos urbanos, caracteriza uma conformação espacial e dinâmica social que, por sua magnitude populacional, transformou-se em ícone da urbanização do “terceiro mundo” (HAMPF, 2004).

A expulsão para fora dos limites da cidade, para a periferia sem infra-estrutura dos excluídos do processo de desenvolvimento socioeconômico continua sendo observada em larga escala nas grandes cidades brasileiras (ROLNIK, 1997; CALDEIRA, 2000).

Além das formas de exclusão da vida urbana por expulsão para fora de seus limites, há a segregação espacial dentro das delimitações físicas da cidade. A formação de enclaves de excluídos dentro de cidades (poderíamos chamar de “guetização”) conheceu poucas experiências institucionalizadas no Brasil (NEVES, 2003). Porém, políticas públicas e diretrizes urbanísticas (ou a ausência delas) induziram à formação e à consolidação de agrupamentos urbanos precários e informais dentro das cidades, como os cortiços e as favelas (VILLAÇA, 1998).

São enclaves na cidade onde a *polis* não entra, a ação do Estado fica restrita, e forças ocultas como o narcotráfico e o crime organizado ditam as regras do jogo – enclaves que carecem de escolas de postos de saúde ou de policiamento; manchas uniformes nos mapas oficiais, signo de sua não integração ao urbano da cidade formal.

Se até os anos 1970 elas podiam ser ligadas aos milhares de migrantes que chegavam das regiões subdesenvolvidas, a consolidação e constituição de novas favelas vêm se dando, cada vez mais, por fatores intra-metropolitanos, como escassez e aumento do valor da terra nas cidades, dificuldade de acesso ao mercado imobiliário formal, empobrecimento da população, tanto pelo desemprego quanto pelo decréscimo nos salários (COSTA, 2004).

O Rio de Janeiro, com uma das maiores populações morando em favelas, durante décadas sublimou a abjeta desigualdade social entre os cidadãos e os segregados por certa convivência pacífica, usando como símbolo a praia, onde os moradores do Leblon (classe média-alta) e da favela Chácara do Céu se encontravam, refletindo uma das características antropológicas mais marcantes e paralisantes da sociedade brasileira, identificada e estudada por Freyre (1933) desde o período colonial escravocrata. Tal “convivência pacífica” chegou ao extremo da sua exploração econômica através de visitas turísticas a favelas do Rio de Janeiro.

Mas as favelas estão nas cidades. Mesmo que em muitos mapas oficiais não apareçam, suas ruas imbricadas se ligam à rede estruturada do sistema viário, o esgoto de suas casas desce os morros poluindo as praias freqüentadas pela elite local e os turistas internacionais, e sua população

“invade” as ruas da cidade cotidianamente com o intuito de estudar, trabalhar ou até furtar, buscando o sustento e a próprio sobrevivência. Essa invasão é percebida como violenta e ameaçadora, gerando incerteza, medo e pavor. E talvez seja incompreensível para os cidadãos da convivência pacífica entender essa invasão intra-uterina. Diversamente da invasão bárbara, dos que estavam além dos muros, as favelas fazem parte do tecido urbano: é a invasão do de dentro, a invasão da cidade pela própria cidade.

Entre a autofagia questionadora e o câncer maligno cujas células consomem-se a si mesmas, a cidade muitas vezes opta por “identificar” as células cancerígenas, atacá-las, ou isolá-las. É o que propôs em 2004, após uma semana particularmente violenta na cidade, o secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, urbanista e ex-prefeito da cidade. Para ele, em sua proposta aceita pela Prefeitura Municipal, a Favela da Rocinha, vizinha do famoso bairro Copacabana, deve ser cercada por muros de 3 metros de altura – além de outras três favelas que deverão ser “parcialmente muradas”.

Talvez esteja nesta proposta embutida a intenção de que, isolados da vida urbana, os “invasores” acabem a se consumindo a si mesmos. A guetização como recurso extremo, um instrumento urbanístico como solução simplória, demonstra uma falta de compreensão de um fenômeno social complexo, cujo enfrentamento não parece passível de solução por meio dos instrumentos habituais do planejamento urbano.

Mas há os que fogem. Frente às disparidades socioeconômicas brutais nas grandes cidades, um dos elementos fomentadores da violência urbana, pessoas das classes altas e, depois, classe média-alta, decidem abandonar a cidade e se mudam para condomínios residenciais fechados, muitas vezes distantes dezenas de quilômetros dos centros de trabalho, educação e serviços.

Se pensarmos pelo prisma da história das cidades, na germinação, constituição e consolidação da sociedade urbana, a decisão de abandono voluntário da cidade vai na contramão do movimento histórico, encontrando eco apenas em propostas utopistas da era industrial. Estas propostas não (produziram) nenhuma experiência relevante, e em sua maioria propunham, além do abandono da cidade, o abandono da forma de vida urbana.

Diversamente dos abandonos utopistas, a auto-segregação dos condomínios fechados não abre mão da sociedade urbana. Todos os seus habitantes prezam o usufruto dos benefícios urbanos como empregos, oportunidades de negócios, equipamentos privados de saúde e educação, centros de comércio e serviços. Mas se trata de um usufruto seletivo. Emerge uma cidade atomizada, cujos fragmentos são ligados, exclusivamente, a interesses individuais, consumistas e pontuais, não constituindo mais um conjunto plural de conformações sociais, econômicas, culturais e ambientais.

O primeiro desses condomínios fechados isolados das cidades foi Alphaville, implantado em cidade distante poucas dezenas de quilômetros de São Paulo, em 1974. Suas características básicas são: afastamento da cidade da qual continua dependente, incluindo investimentos (muitas vezes públicos) em infra-estrutura viária, fechamento de seus limites e controle de acesso aos

não-moradores, normas arquitetônicas e urbanísticas que dêem características harmônicas ao empreendimento. A renda mensal de piso para ser aceito nos condomínios é de, em média, R\$10.000,00. (CALDEIRA, 2000)

Os motivos declarados por moradores, empreendedores e pretendentes para se tornar uma opção mais e mais desejada pelas classes mais abastadas são a poluição, o trânsito e, principalmente, a violência nos centros urbanos.

Pela obsessão em segurança (equipes particulares de seguranças, equipamentos de vigilância, seleção rígida daqueles que são aceitos para morar no empreendimento), elementos urbanísticos (controle de acessos, muros, padrões arquitetônicos), e pelo nome, foi prontamente comparada com a sociedade vigiada do filme *Alphaville* (1965), de Jean-Luc Godard, onde o computador Alpha-60 controlava tudo, onde todos os livros eram um só, onde as mulheres repetiam ininterruptamente a mesma frase.

O modelo Alphaville está hoje espalhado em diversas cidades brasileiras e algumas cidades portuguesas. Originalmente desenhado para classe média-alta que trabalhava em parque industrial nas proximidades, teve em um segundo momento a elevação de seu padrão socioeconômico e a ocupação por população que viajava diariamente para São Paulo.

Derivaram-se, então, outros modelos: primeiro os ultraluxuosos, com as residências distribuídas em campos de golfe; segundo, os para classe média, expostos em anúncios nos principais jornais de circulação nacional, tornando-se objeto de desejo imobiliário.

Os enclaves dos “invasores” em guetos e favelas urbanas, de um lado, e a auto-segregação e o abandono deliberado da cidade, de outro lado, representam um questionamento importante tanto da forma de vida urbana - tratar-se-ia de sintomas da negação do urbano ou sua extrapolação? – como da possibilidade da sua gestão por parte do poder público.

5. CONCLUSÃO: DESAFIOS PARA A GESTÃO URBANA

Poderíamos falar da negação da diversidade social, econômica, espacial e cultural própria da sociedade urbana. Mas havendo negação, estaria sendo substituída pelo quê? Será que há uma alternativa utopista de uma sociedade autônoma auto-sustentável? Ou o caminho será mesmo de uma depuração da sociedade urbana no que ela tem de essencial para a vida de determinados grupos socioeconômicos que construíram meios infra-estruturais e formas de organização que lhes propiciassem vivenciar a cidade seletivamente – apenas ligando-se a ela por determinados serviços, equipamentos e atividades, e apenas em alguns momentos precisos?

Ou será possível construir pontes – físicas e simbólicas, reais e virtuais – capazes de integrar os guetos dos excluídos com os enclaves dos “reclusos”, revitalizar os espaços públicos com o urbano, no sentido de Lefebvre? Será possível criar canais de comunicação e de intermediação capazes não apenas de mitigar os conflitos sociais existentes, mas também de reatar as percepções

e os discursos entre essas duas esferas antagônicas de existência da humanidade, das quais Rifkin fala, para que compreensão, solidariedade, enfim, sociedade, sejam possíveis?

O declínio do planejamento e governabilidade urbanos, que se deve em grande medida à própria complexidade, dinamização e diversificação das sociedades contemporâneas, crescentemente globalizadas e interdependentes, encontra-se reforçado pelas tendências de exclusão, guetização, gentrificação e fragmentação, discutidas neste trabalho. Nas últimas décadas de democratização, o Brasil vivenciou uma fase intensa de experimentação com novas formas de participação democrática e governança interativa, sobretudo no âmbito urbano (FREY, 2004). A democracia participativa teve como objetivo primordial a inclusão dos excluídos e marginalizados nos processos políticos e administrativos. O orçamento participativo, os conselhos populares, as conferências de cidade são alguns dessas inovações institucionais buscando modificar as relações de poder existentes.

No entanto, diante das tendências de auto-segregação e reclusão das elites tradicionais, o habitual espaço público de intermediação social e política vem cedendo espaço ao mercado como força dominante de transformação urbana. Os governantes locais descobrem os pobres para a política, em uma fase em que os ricos aparentemente precisam cada vez menos da política para perseguir seus interesses. A participação dos ricos nas novas formas de negociação social se revelou muito limitada, restrita aos processos em que vantagens econômicas possam ser alcançadas. A importância da cidade para os ricos se restringe cada vez mais a sua exploração como objeto de seu consumo privado e seletivo.

Com isso, o maior desafio que se apresenta para a gestão e democracia local talvez não seja a inclusão dos excluídos, objetivo primordial das experiências brasileiras de democracia participativa, mas sim dos “reclusos”, dos setores mais abastados da sociedade que evidentemente viraram às costas ao espaço público, por já não precisar mais dele para perseguir seus interesses particulares. O que está em jogo com isso é a reinvenção da política, entendida como processo de contestação, negociação e de conflito, como condição primária para a possibilidade de integração e o restabelecimento de uma concepção comum e coletiva do próprio urbano. Ou, nas palavras de Zygmunt Bauman o desafio principal para os poderes locais consiste na reinvenção da *ágora* – “esse espaço nem privado nem público, porém, mais precisamente, público e privado ao mesmo tempo [...], espaço em que as idéias podem nascer e tomar forma como ‘bem público’, ‘sociedade justa’ ou ‘valores partilhados’” (BAUMAN, 2000: p. 11). No entanto, as chances para que essa utopia possa se tornar realidade é limitada, como pretendíamos demonstrar com nossas reflexões. Mas há outros caminhos em vista? Vivenciamos atualmente um momento tenso e intenso de reconstrução da diversidade urbana. Os próprios condomínios fechados são manifestações dessa busca de identidade e de padrões renovados de vida urbana. Entendemos que cabe ao poder público um papel fundamental na mediação dos conflitos decorrentes dessa fragmentação e multiplicação de propostas de vida urbana, estimulando processos de interação, participação e integração de modo que uma afirmação positiva do urbano e dos espaços públicos e compartilhados seja uma perspectiva viável.

6. NOTAS:

* Uma primeira versão deste trabalho foi publicado em *Cosmopolitiques* vol. 7. Paris, 2004; pp. 58-67.

**Cientista Social e Doutor em Ciências da Administração (Universidade de Konstanz, Alemanha). Diretor do Mestrado em Gestão Urbana da PUCPR. E-mail: klaus.frey@pucpr.br

*** Arquiteto e Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professor do Mestrado em Gestão Urbana da PUCPR. E-mail: duarte.fabio@pucpr.br . Endereço: PUCPR – PPGTU Rua Imaculada Conceição 1155 Curitiba, Paraná 80215-910 Fone / Fax: (41)3271-2623.

7. REFERÊNCIAS

AURIGI, Alessandro and GRAHAM, Stephen. “The Crisis in the urban public realm”. LOADER, B.D. (ed.), **Cyberspace Divide: Equally, Agency and Policy in the Information Society**. London: Routledge, 1998; pp. 57-80.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34 e Edusp, 2000.

COSTA, Érico. “Favela: retrato da exclusão social”. **Vitruvius - Arquitextos** – especial 214. São Paulo: Vitruvius, fevereiro 2004.

DONZELOT Jacques. «Quand la ville se défait». **Esprit**. Paris, novembre 1999.

DONZELOT Jacques. «La ville à trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification». **Esprit**. Paris, mars-avril, 2004; pp. 14-39.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Chmidt, 1933.

FREY, Klaus. “Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa?”. **Política & Sociedade**. Florianópolis, n. 5, out 2004. pp. 117-136.

HAMPF, Marlo Trejos. “A cidade dual: sua interpretação no sul”. **Vitruvius – Arquitextos**, no. 047.1. São Paulo: Vitruvius, 2004

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Neves, F.de C., “Tragédia oculta”, **Nossa História**, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2003.

RIFKIN, James. **The age of access. The new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience.** New York: Penguin Putuman, 2001.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei.** São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1997.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp, 1998.

